

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	XLI
CAPÍTULO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO: GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	1
1.1 Origem do direito administrativo.....	1
1.2 Conceito de direito administrativo.....	3
1.3 Sistemas administrativos: sistema de jurisdição una (sistema inglês) e sistema do contencioso administrativo ou dualidade de jurisdição (sistema francês).....	3
1.4 Direito administrativo comparado e brasileiro	4
1.4.1 França	4
1.4.2 Alemanha	4
1.4.3 Itália	5
1.4.4 Espanha	5
1.4.5 Portugal	5
1.4.6 Argentina	5
1.4.7 Inglaterra e Estados Unidos.....	5
1.4.8 Direito administrativo comunitário e direito administrativo global	6
1.4.9 Brasil	6
1.5 Ausência de codificação do direito administrativo e pluralidade de fontes.....	7
1.6 Taxinomia do direito administrativo: relações com outros ramos do direito.....	8
1.7 Evolução do estado e do direito administrativo	9
1.8 A constitucionalização do direito administrativo e a valorização dos princípios constitucionais.....	10
1.9 Mutações e tendências do direito administrativo	12
1.10 Resumo do capítulo	14
CAPÍTULO 2 – FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	17
2.1 Fontes do direito administrativo.....	17
2.1.1 Lei (juridicidade).....	18
2.1.2 Doutrina	18
2.1.3 Jurisprudência.....	19
2.1.4 Costumes.....	19

2.1.5	Precedentes administrativos e praxes administrativas	20
2.2	Interpretação do direito administrativo.....	22
2.3	Integração do direito administrativo.....	25
2.4	Resumo do capítulo	26
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO		29
3.1	A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras	29
3.2	Princípios do direito administrativo em espécie	31
3.2.1	Princípio da legalidade (juridicidade).....	31
3.2.2	Princípio da impessoalidade.....	33
3.2.3	Princípio da moralidade	33
3.2.4	Princípio da publicidade.....	34
3.2.5	Princípio da eficiência.....	37
3.2.6	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	39
3.2.7	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública)	40
3.2.8	Princípio da continuidade	43
3.2.9	Princípio da autotutela.....	44
3.2.10	Princípios da consensualidade e da participação.....	44
3.2.11	Princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.....	47
3.3	Resumo do capítulo	52
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR		57
4.1	Transformações do estado e nova organização administrativa	57
4.2	Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa.....	59
4.3	Desconcentração e descentralização administrativa.....	61
4.4	A organização administrativa em setores: 1.º setor (estado), 2.º setor (mercado) e 3.º setor (sociedade civil)	63
4.5	Administração pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo.....	64
4.6	Administração pública e governo	64
4.7	Administração pública direta e indireta	65
4.8	Entidades da administração pública indireta.....	65
4.9	Características comuns das entidades administrativas.....	66
4.9.1	Reserva legal.....	67
4.9.2	Controle ou vinculação	68
4.10	Resumo do capítulo	69
CAPÍTULO 5 – ÓRGÃOS PÚBLICOS		71
5.1	Conceito	71
5.2	Teorias dos órgãos públicos.....	71
5.3	Criação e extinção.....	72
5.4	Capacidade processual ou judiciária	73

5.5	Capacidade contratual e o contrato de gestão (ou de desempenho).....	74
5.6	Classificações.....	76
5.7	Resumo do capítulo.....	78
CAPÍTULO 6 – AUTARQUIAS.....		81
6.1	Conceito.....	81
6.2	Criação.....	81
6.3	Objeto.....	81
6.4	Regime de pessoal.....	82
6.5	Patrimônio.....	83
6.6	Atos e contratos.....	84
6.7	Foro processual.....	84
6.8	Responsabilidade civil.....	84
6.9	Prerrogativas especiais.....	85
6.10	Classificações.....	85
6.11	Autarquias e qualificações especiais: agências executivas, agências reguladoras e associações públicas.....	86
6.12	Resumo do capítulo.....	87
CAPÍTULO 7 – AGÊNCIAS REGULADORAS.....		89
7.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	89
7.2	Atividade regulatória.....	90
7.3	Classificações das agências reguladoras.....	91
7.4	Regime jurídico especial.....	92
7.4.1	Poder normativo e deslegalização.....	92
7.4.1.1	Lei e superveniência de ato regulatório: revogação diferida ...	93
7.4.1.2	Atos regulatórios x atos regulamentares.....	94
7.4.2	Autonomia administrativa.....	95
7.4.2.1	Estabilidade reforçada dos dirigentes.....	95
7.4.2.2	Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio.....	96
7.4.3	Autonomia financeira e as taxas regulatórias.....	97
7.5	Governança regulatória e controle das agências reguladoras.....	98
7.6	O risco da teoria da captura e a legitimidade das agências reguladoras.....	99
7.7	Resumo do capítulo.....	100
CAPÍTULO 8 – EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....		103
8.1	Conceito e Estatuto Jurídico (Lei 13.303/2016).....	103
8.2	Empresas públicas x sociedades de economia mista.....	105
8.2.1	Composição.....	106
8.2.2	Forma societária.....	106
8.2.3	Foro competente para julgamento dos litígios.....	107
8.3	Criação.....	107
8.4	Objeto.....	108
8.5	Regime societário.....	110

8.6	Regime de pessoal.....	114
8.7	Patrimônio	115
	8.7.1 Penhora.....	115
	8.7.2 Usucapião	116
8.8	Atos e contratos.....	116
8.9	Responsabilidade civil.....	117
8.10	Controle do tribunal de contas	117
8.11	Imunidade tributária	119
8.12	Falência	119
8.13	Resumo do capítulo.....	120
CAPÍTULO 9 – FUNDAÇÕES ESTATAIS.....		123
9.1	Conceito e espécies	123
9.2	Criação	124
9.3	Objeto	125
9.4	Regime de pessoal.....	125
9.5	Patrimônio	126
9.6	Atos e contratos.....	126
9.7	Foro processual.....	126
9.8	Responsabilidade civil.....	126
9.9	Prerrogativas especiais	126
9.10	Controle.....	127
9.11	Resumo do capítulo	127
CAPÍTULO 10 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS		129
10.1	Conceito e fontes normativas.....	129
10.2	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005.....	131
	10.2.1 Consórcios públicos antes da Lei 11.107/2005.....	131
	10.2.2 Consórcios públicos após a Lei 11.107/2005	132
10.3	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	132
10.4	Partícipes do consórcio público	133
10.5	Procedimento para instituição do consórcio público	134
	10.5.1 Protocolo de intenções.....	134
	10.5.2 Autorização legislativa	135
	10.5.3 Contrato de consórcio	135
	10.5.4 Personificação do consórcio	135
	10.5.5 Contrato de rateio	135
	10.5.6 Contrato de programa	136
10.6	Consórcio público de direito público: associação pública.....	137
	10.6.1 Natureza jurídica: autarquia interfederativa	137
	10.6.2 Criação.....	139
	10.6.3 Objeto	139
	10.6.4 Regime de pessoal.....	140
	10.6.5 Patrimônio.....	140

10.6.6	Atos e contratos	141
10.6.7	Foro processual.....	141
10.6.8	Responsabilidade civil.....	141
10.6.9	Controle do Tribunal de Contas	142
10.7	Consórcio público de direito privado	142
10.7.1	Natureza jurídica: fundação estatal de direito privado interfederativa....	142
10.7.2	Criação.....	142
10.7.3	Objeto	143
10.7.4	Regime de pessoal.....	143
10.7.5	Patrimônio.....	143
10.7.6	Atos e contratos	143
10.7.7	Foro processual.....	143
10.7.8	Responsabilidade civil.....	144
10.7.9	Controle do Tribunal de Contas	144
10.8	Resumo do capítulo	144
CAPÍTULO 11 – CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....		147
11.1	Modalidades de concessão de serviço público.....	147
11.2	Concessão comum de serviços públicos.....	147
11.2.1	Conceito, fontes normativas e modalidades	147
11.2.2	Concessão de serviço público e autorização legislativa	148
11.2.3	Concessão x permissão de serviço público	148
11.2.4	Remuneração do concessionário: tarifas e receitas alternativas	150
11.2.5	Licitação: peculiaridades.....	151
11.2.5.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos	151
11.2.5.2	Modalidades de licitação	152
11.2.5.3	Tipos de licitação	153
11.2.5.4	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	153
11.2.6	Contrato de concessão comum: peculiaridades	154
11.2.6.1	Cláusulas essenciais	154
11.2.6.2	Prazo.....	154
11.2.6.3	Prorrogação	154
11.2.6.4	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário	155
11.2.6.5	Alteração contratual.....	156
11.2.6.6	Encargos do poder concedente e da concessionária.....	157
11.2.6.7	Direitos e obrigações dos usuários.....	158
11.2.7	Interrupção do serviço público por inadimplemento do usuário	159
11.2.8	Gratuidade do serviço público e o contrato de concessão: limites e possibilidades.....	160
11.2.9	Extinção da concessão.....	161
11.2.10	Reversão dos bens.....	163
11.2.11	Responsabilidade civil.....	164

11.3	Concessão especial de serviços públicos (Parcerias Público-Privadas – PPPs).....	164
11.3.1	Origem, fontes normativas e fundamentos.....	164
11.3.2	PPP patrocinada x PPP administrativa	166
11.3.3	Características das PPPs	168
11.3.3.1	Remuneração do concessionário.....	168
11.3.3.2	Repartição objetiva de riscos	169
11.3.3.3	Valor mínimo do contrato.....	170
11.3.3.4	Prazo contratual	171
11.3.3.5	Objeto complexo	171
11.3.3.6	Concessão comum x concessão especial (PPP)	172
11.3.4	Licitação: peculiaridades	172
11.3.4.1	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs).....	172
11.3.4.2	Justificativa para formatação da PPP	173
11.3.4.3	PPP e responsabilidade fiscal.....	173
11.3.4.4	Edital e consulta pública.....	174
11.3.4.5	Licenciamento ambiental.....	175
11.3.4.6	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos	175
11.3.4.7	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases.....	176
11.3.4.8	Qualificação técnica e tipos de licitação.....	176
11.3.4.9	Saneamento de falhas.....	176
11.3.5	Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	176
11.3.6	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP).....	178
11.3.7	Responsabilidade civil nas PPPs	179
11.4	Autorização de serviço público: polêmicas	179
11.5	Resumo do capítulo	181
CAPÍTULO 12 – TERCEIRO SETOR.....		185
12.1	Conceito e fundamentos do Terceiro Setor	185
12.2	Características do Terceiro Setor	186
12.3	Entidades ou qualificações jurídicas no Terceiro Setor	187
12.3.1	Serviços Sociais Autônomos (Sistema S).....	188
12.3.2	Organizações Sociais (OS).....	188
12.3.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	189
12.3.4	OS x OSCIPs: quadro sinótico	191
12.3.5	Fundações de apoio	191
12.3.6	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	193
12.4	Aspectos relevantes e controvertidos no Terceiro Setor	200
12.4.1	Foro processual competente para as causas do Terceiro Setor.....	200
12.4.2	Controle	200
12.4.3	Regime de pessoal.....	200
12.4.4	Patrimônio.....	201

12.4.5	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	201
12.4.5.1	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria	201
12.4.5.2	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor.....	202
12.4.6	Responsabilidade civil.....	204
12.4.7	Imunidade tributária	205
12.5	Resumo do capítulo	206
CAPÍTULO 13 – SERVIÇOS PÚBLICOS.....		209
13.1	Evolução e tendências do serviço público	209
13.2	Conceito do serviço público	212
13.3	Criação do serviço público (<i>publicatio</i>)	213
13.4	Princípios dos serviços públicos	213
13.4.1	Princípio da continuidade	214
13.4.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade	215
13.4.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade	215
13.4.4	Princípio da generalidade ou universalidade	215
13.4.5	Princípio da modicidade.....	216
13.5	Classificação	216
13.5.1	<i>Uti universi e uti singuli</i>	216
13.5.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns.....	218
13.5.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais	218
13.5.4	Essenciais e não essenciais.....	218
13.5.5	Próprios e impróprios (virtuais)	219
13.5.6	Inerentes e por opção legislativa	219
13.6	Modalidades de execução: direta e indireta	219
13.7	Serviço público e o CDC.....	220
13.8	Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público)	223
13.9	Resumo do capítulo	226
CAPÍTULO 14 – PODERES ADMINISTRATIVOS.....		229
14.1	Conceito	229
14.2	Excesso e desvio de poder.....	230
14.3	Espécies de poderes administrativos.....	230
14.3.1	Poder normativo ou regulamentar.....	230
14.3.1.1	Conceito e fundamentos.....	230
14.3.1.2	Poder regulamentar x poder regulatório	232
14.3.1.3	Classificações.....	232
14.3.1.3.1	Regulamento jurídico (ou normativo) e regulamento administrativo (ou de organização).....	232
14.3.1.3.2	Regulamento executivo, regulamento autônomo, regulamento delegado e regulamento de necessidade	233
14.3.1.3.3	Regulamentos autônomos: controvérsias.....	233

14.3.1.3.4	Visão crítica da dicotomia “regulamento autônomo” e “regulamento executivo”: a atuação criativa do Executivo e a ideia de “bloco de legalidade”	235
14.3.1.4	Reserva de administração	235
14.3.1.5	Deslegalização ou delegificação.....	236
14.3.2	Poder de polícia	237
14.3.2.1	Conceito: sentidos amplo e restrito.....	237
14.3.2.2	Críticas à expressão “poder de polícia”	237
14.3.2.3	Polícia administrativa x polícia judiciária	238
14.3.2.4	Supremacia geral x supremacia especial: poder de polícia x poder disciplinar	239
14.3.2.5	Ciclo de polícia	240
14.3.2.6	Licenças x autorizações de polícia: relativização da distinção ...	240
14.3.2.7	Campos de atuação ou espécies de poder de polícia.....	241
14.3.2.8	Fundamentos e limites do poder de polícia	242
14.3.2.9	Características	243
14.3.2.9.1	Discricionariedade	243
14.3.2.9.2	Coercibilidade	243
14.3.2.9.3	Autoexecutoriedade	243
14.3.2.10	Obrigações positivas e negativas	245
14.3.2.11	Atividades comunicadas.....	246
14.3.2.12	Delegação do poder de polícia: limites e possibilidades.....	247
14.3.2.13	Poder de polícia entre entes federados (interfederativo).....	250
14.3.3	Poder hierárquico	250
14.3.3.1	Conceito	250
14.3.3.2	Prerrogativas e deveres hierárquicos.....	251
14.3.3.3	Subordinação x vinculação	251
14.3.4	Poder disciplinar.....	252
14.3.4.1	Conceito	252
14.3.4.2	Discricionariedade do poder disciplinar.....	252
14.4	Resumo do capítulo	253

CAPÍTULO 15 – ATO ADMINISTRATIVO..... 257

15.1	Conceito	257
15.2	Ato administrativo e o princípio da separação de poderes	257
15.3	Ato administrativo e o ato privado da administração.....	257
15.4	Ato administrativo e delegatários de atividades estatais.....	258
15.5	Ato e fato administrativo	258
15.6	Ato e processo administrativo.....	259
15.7	Ato administrativo e ato de governo (político).....	259
15.8	Silêncio administrativo	259
15.9	Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia)	260
15.9.1	Agente público competente	261
15.9.1.1	Delegação e avocação de competência	262
15.9.1.2	Crterios de fixação da competência	263

15.9.2	Finalidade	264
15.9.3	Forma	264
15.9.3.1	Princípio da solenidade das formas	265
15.9.3.2	Princípio da simetria das formas	265
15.9.3.3	Formalidades essenciais x acidentais	266
15.9.4	Motivo	266
15.9.4.1	Motivo de fato (discricionário) x motivo de direito (vinculado)....	266
15.9.4.2	Motivação dos atos administrativos.....	267
15.9.4.3	Teoria dos motivos determinantes	268
15.9.4.4	Móvel dos atos administrativos	269
15.9.5	Objeto	269
15.9.5.1	Objeto indeterminado (discricionário) e determinado (vinculado)	270
15.10	Discricionariedade x vinculação	270
15.10.1	Mérito administrativo	271
15.10.2	Conceitos jurídicos indeterminados x discricionariedade.....	271
15.10.3	Controle judicial dos atos administrativos discricionários	271
15.10.3.1	Teoria do desvio de poder (<i>détournement de pouvoir</i>) ou desvio de finalidade	272
15.10.3.2	Teoria dos motivos determinantes	272
15.10.3.3	Teoria dos princípios jurídicos e o controle de juridicidade...	272
15.11	Atributos dos atos administrativos	273
15.11.1	Presunção de legitimidade e de veracidade	274
15.11.2	Imperatividade	275
15.11.3	Autoexecutoriedade	275
15.12	Classificações dos atos administrativos	275
15.12.1	Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos	275
15.12.2	Critério dos destinatários: atos individuais (concretos) e gerais (normativos)	276
15.12.3	Critério dos efeitos: atos constitutivos, declaratórios e enunciativos.....	276
15.12.4	Critério da imperatividade: atos de império e de gestão.....	277
15.12.5	Critério do objeto: ato-regra, atos subjetivos e ato-condição	277
15.12.6	Critério da competência ou da liberdade do agente: atos vinculados (regrados) e discricionários.....	277
15.12.7	Critério do âmbito dos efeitos: atos externos e internos	278
15.12.8	Critério da repercussão sobre a esfera jurídica do particular: atos ampliativos e restritivos.....	278
15.12.9	Critério da validade: atos válidos e inválidos	278
15.12.10	Critério da retratabilidade: atos revogáveis (retratáveis) e irrevogáveis (irretratáveis).....	278
15.12.11	Critério da executoriedade: atos executórios e não executórios.....	279
15.12.12	Critério da formação ou da exequibilidade: atos perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados	279
15.13	Espécies de atos administrativos	279
15.13.1	Atos administrativos normativos.....	280
15.13.1.1	Decretos	280

15.13.1.1.1	Espécies de decretos quanto ao conteúdo: regulamentares (ou normativos) e individuais (ou concretos)	280
15.13.1.1.2	Decreto x regulamento	280
15.13.1.2	Regimentos	281
15.13.1.2.1	Regimento x decreto regulamentar	281
15.13.1.3	Resoluções	281
15.13.1.4	Deliberações	281
15.13.2	Atos administrativos ordinatórios	281
15.13.2.1	Instruções.....	281
15.13.2.2	Circulares	282
15.13.2.3	Avisos	282
15.13.2.4	Portarias	282
15.13.2.5	Ordens de serviço	282
15.13.2.6	Ofícios	282
15.13.2.7	Despachos	282
15.13.3	Atos administrativos negociais ou de consentimento.....	282
15.13.3.1	Licença	282
15.13.3.2	Permissão	283
15.13.3.3	Autorização.....	283
15.13.3.4	Admissão	284
15.13.4	Atos administrativos enunciativos.....	284
15.13.4.1	Pareceres	284
15.13.4.2	Certidões.....	284
15.13.4.3	Atestados.....	285
15.13.4.4	Apostilas ou apostilamento.....	285
15.13.5	Atos administrativos de controle ou de verificação	285
15.13.5.1	Aprovação	285
15.13.5.2	Homologação.....	285
15.13.5.3	Visto.....	286
15.13.6	Atos administrativos punitivos ou sancionatórios	286
15.13.6.1	Multas.....	286
15.13.6.2	Interdições de atividades	286
15.13.6.3	Apreensão ou destruição de coisas.....	287
15.13.6.4	Sanções disciplinares	287
15.14	Extinção dos atos administrativos	287
15.14.1	Extinção normal ou natural.....	287
15.14.2	Extinção subjetiva.....	288
15.14.3	Extinção objetiva	288
15.14.4	Extinção por manifestação de vontade do particular: renúncia e recusa...	288
15.14.4.1	Renúncia	288
15.14.4.2	Recusa	288
15.14.5	Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação	288
15.14.5.1	Caducidade	289

15.14.5.2	Cassação	289
15.14.5.2.1	Ampla defesa e contraditório	289
15.14.5.2.2	Limitação temporal da sanção	289
15.14.5.3	Anulação	290
15.14.5.3.1	Fundamento, competência para anulação e ampla defesa/contraditório.....	290
15.14.5.3.2	Caráter vinculado	290
15.14.5.3.3	Efeitos da anulação e a possibilidade de modulação	290
15.14.5.3.4	Indenização	291
15.14.5.4	Revogação	291
15.14.5.4.1	Fundamento, competência para revogação e ampla defesa/contraditório.....	291
15.14.5.4.2	Caráter discricionário.....	292
15.14.5.4.3	Efeitos da revogação	292
15.14.5.4.4	Ausência de indenização e exceções	292
15.14.5.4.5	Limites à revogação (atos irrevogáveis)	292
15.14.5.4.6	Revogação e repristinação (revogação da revogação)	293
15.14.5.4.7	Contraposição ou derrubada	294
15.15	Convalidação ou sanatória.....	294
15.15.1	Atos nulos e anuláveis	294
15.15.2	Vícios insanáveis e sanáveis.....	295
15.15.3	Espécies de convalidação	296
15.15.3.1	Convalidação voluntária: ratificação, reforma e conversão	296
15.15.3.2	Convalidação involuntária: decadência administrativa	297
15.15.4	Convalidação: vinculação ou discricionariedade.....	297
15.16	Resumo do capítulo	298
CAPÍTULO 16 – PROCESSO ADMINISTRATIVO		303
16.1	Conceito e fontes normativas	303
16.2	Processo ou procedimento	303
16.3	A processualização da atividade administrativa	304
16.4	Classificações.....	304
16.5	Princípios do processo administrativo	305
16.5.1	Princípio do devido processo legal	305
16.5.2	Princípio do contraditório	305
16.5.3	Princípio da ampla defesa.....	305
16.5.4	Princípio da oficialidade.....	306
16.5.5	Princípio do formalismo moderado (ou informalismo)	306
16.5.6	Princípio da verdade real ou material	306
16.5.7	Princípio da publicidade	306
16.5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	306
16.5.9	Princípio da duração razoável do processo	307
16.5.10	Princípio da motivação	307

16.5.11	Princípio da gratuidade	307
16.5.12	Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé	307
16.5.13	Princípio da participação	307
16.5.14	Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência	307
16.6	Fases do processo administrativo	308
16.7	Recurso administrativo	308
16.7.1	Conceito e espécies	308
16.7.1.1	Recurso hierárquico próprio.....	308
16.7.1.2	Recurso hierárquico impróprio	309
16.7.1.3	Pedido de reconsideração.....	309
16.7.1.4	Revisão	309
16.7.2	Legitimidade, prazo e efeitos	309
16.7.3	Recurso e garantias (depósito prévio)	310
16.7.4	Recurso e <i>reformatio in pejus</i>	311
16.8	Decadência administrativa	312
16.9	Preclusão e “coisa julgada”	312
16.10	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	313
16.10.1	Conceito.....	313
16.10.2	Pluralidade normativa: competência legislativa dos entes federados	314
16.10.3	Sindicância administrativa	314
16.10.4	Inquérito administrativo.....	315
16.10.5	Fases do Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	315
16.10.6	Defesa técnica no PAD e a Súmula Vinculante 5 do STF.....	316
16.10.7	Parecer da Comissão não vincula a decisão da autoridade competente	317
16.10.8	PAD: recurso, revisão e <i>reformatio in pejus</i>	317
16.10.9	Meios sumários: sindicância, verdade sabida e termo de declaração.....	318
16.10.10	Sanções disciplinares e prescrição	318
16.10.11	Processo disciplinar e processo penal.....	320
16.11	Resumo do capítulo	322
CAPÍTULO 17 – LICITAÇÃO.....		325
17.1	Conceito	325
17.2	Fontes normativas.....	325
17.3	Competência legislativa e aplicação da Lei de Licitações	327
17.4	Princípios da licitação	329
17.4.1	Princípio da competitividade	330
17.4.2	Princípio da isonomia	330
17.4.3	Princípio da vinculação ao edital.....	330
17.4.4	Princípio do procedimento formal (formalismo moderado).....	331
17.4.5	Princípio do julgamento objetivo	332
17.4.6	Princípio do planejamento	332
17.4.7	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	332
17.4.8	Princípio da publicidade e transparência.....	334
17.4.9	Princípio da eficiência, celeridade e economicidade	335
17.4.10	Princípio da segregação de funções.....	336

17.5	A função regulatória da licitação	336
17.6	Objeto da licitação	337
17.6.1	Obras e serviços de engenharia	337
17.6.1.1	Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais....	337
17.6.1.2	Vedações e impedimentos	339
17.6.1.3	Formas de execução: direta e indireta	339
17.6.1.4	Obras e serviços de engenharia na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	340
17.6.2	Serviços	342
17.6.2.1	Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio e atividade-fim	342
17.6.2.2	Quarteirização.....	343
17.6.2.3	Serviços de publicidade.....	344
17.6.2.4	Serviços na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	345
17.6.3	Compras	347
17.6.3.1	Indicação de marcas, amostras e o princípio da padronização.....	347
17.6.3.2	Divisibilidade do objeto e licitação por item.....	347
17.6.3.3	Compras na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	348
17.6.4	Alienações	351
17.6.4.1	Alienações na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	351
17.6.5	Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	352
17.7	Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993.....	352
17.7.1	Instrumentos auxiliares na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	357
17.7.1.1	Credenciamento	357
17.7.1.2	Pré-qualificação.....	357
17.7.1.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	359
17.7.1.4	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	361
17.7.1.5	Registro cadastral.....	364
17.8	Destinatários da regra da licitação.....	366
17.8.1	Administração Pública direta, indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público.....	366
17.8.2	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	367
17.8.2.1	Fontes normativas e objeto	367
17.8.2.2	Características principais	369
17.9	Contratação direta	378
17.9.1	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)	379
17.9.2	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993).....	381
17.9.2.1	Valor reduzido (art. 24, I e II).....	382
17.9.2.2	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV)	382
17.9.2.3	Licitação deserta (art. 24, V).....	384
17.9.2.4	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	384
17.9.2.5	Licitação frustrada (art. 24, VII)	385
17.9.2.6	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII).....	385
17.9.2.7	Segurança nacional (art. 24, IX)	387

17.9.2.8	Compra e locação de imóveis (art. 24, X).....	388
17.9.2.9	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI)	388
17.9.2.10	Gêneros perecíveis (art. 24, XII).....	388
17.9.2.11	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV e XXXIII)	389
17.9.2.12	Negócios internacionais (art. 24, XIV)	391
17.9.2.13	Obras de arte (art. 24, XV).....	391
17.9.2.14	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)	391
17.9.2.15	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX).....	391
17.9.2.16	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI)	392
17.9.2.17	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII).....	393
17.9.2.18	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	393
17.9.2.19	Contratos de programa (art. 24, XXVI).....	395
17.9.2.20	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII)	395
17.9.2.21	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII).....	395
17.9.2.22	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX).....	396
17.9.2.23	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	396
17.9.2.24	Dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: Lei 13.979/2020 e Lei 14.065/2020.....	397
17.9.3	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	402
17.9.3.1	Fornecedor exclusivo (art. 25, I).....	402
17.9.3.2	Serviços técnicos especializados (art. 25, II).....	403
17.9.3.3	Artistas consagrados (art. 25, III).....	404
17.9.3.4	Credenciamento.....	404
17.9.4	Quadro sinótico: contratação direta.....	405
17.9.5	Contratação direta na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	405
17.9.5.1	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021).....	406
17.9.5.2	Dispensa de licitação (art. 75 da nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021)	409
17.9.5.3	Licitação dispensada para alienação de bens (art. 76 da nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021)	416
17.10	Modalidades de licitação.....	417
17.10.1	Concorrência.....	418
17.10.2	Tomada de preços e o registro cadastral	419
17.10.3	Convite.....	420
17.10.4	Concurso	421
17.10.5	Leilão.....	421
17.10.6	Pregão	422
17.10.7	Consulta.....	424
17.10.8	Modalidades na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	425
17.10.8.1	Pregão.....	425

17.10.8.2	Concorrência	426
17.10.8.3	Concurso.....	426
17.10.8.4	Leilão	426
17.10.8.5	Diálogo competitivo	427
17.11	Procedimento	429
17.11.1	Fases da licitação: interna e externa.....	429
17.11.2	Edital.....	430
17.11.3	Habilitação	431
17.11.3.1	Habilitação jurídica.....	432
17.11.3.2	Qualificação técnica.....	432
17.11.3.3	Qualificação econômico-financeira	432
17.11.3.4	Regularidade fiscal e trabalhista.....	432
17.11.3.5	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB	434
17.11.4	Julgamento (tipos de licitação) e classificação.....	434
17.11.5	Homologação e adjudicação.....	435
17.11.6	Procedimento na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	436
17.11.6.1	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica	436
17.11.6.2	Fase interna ou preparatória.....	437
17.11.6.3	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos.....	439
17.11.6.4	Valor estimado da contratação	440
17.11.6.5	Edital	442
17.11.6.6	Margem de preferência.....	445
17.11.6.7	Apresentação de propostas e lances	446
17.11.6.8	Julgamento	448
17.11.6.9	Habilitação.....	449
17.11.6.10	Encerramento da licitação.....	453
17.12	Anulação e revogação da licitação	453
17.12.1	Anulação e revogação na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	454
17.13	Recursos administrativos.....	455
17.13.1	Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	456
17.14	Cooperativas nas licitações.....	457
17.14.1	Cooperativas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	459
17.15	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações.....	459
17.15.1	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista	459
17.15.2	Empate ficto ou presumido	460
17.15.3	Possibilidade de licitações diferenciadas.....	461
17.15.4	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006	462
17.15.5	Cédula de crédito microempresarial	463
17.16	A participação de consórcios empresariais nas licitações	463
17.16.1	Consórcios empresariais na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)....	464
17.17	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	465

17.17.1	Fontes normativas, objeto e finalidades	465
17.17.2	Características principais.....	467
17.18	Licitações internacionais.....	471
17.19	Resumo do capítulo	471
CAPÍTULO 18 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		477
18.1	Conceito e espécies de contratos da administração pública: contrato administrativo x contrato privado.....	477
18.2	Fontes normativas e competência legislativa.....	478
18.3	Sujeitos do contrato	478
18.4	Características	480
18.4.1	Formalismo moderado.....	480
18.4.2	Bilateralidade	481
18.4.3	Comutatividade	481
18.4.4	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>).....	481
18.4.5	Desequilíbrio.....	482
18.4.6	Instabilidade.....	482
18.5	Formalização do contrato e garantias	482
18.5.1	Formalização dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) ..	484
18.5.2	Garantias na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	487
18.5.3	Alocação de riscos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	489
18.6	Cláusulas exorbitantes.....	490
18.6.1	Alteração unilateral	490
18.6.2	Rescisão unilateral.....	492
18.6.3	Fiscalização.....	492
18.6.4	Aplicação de sanções	492
18.6.5	Ocupação provisória	493
18.6.6	Outras cláusulas exorbitantes.....	493
18.6.7	A releitura das cláusulas exorbitantes.....	493
18.6.8	Cláusulas exorbitantes na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	494
18.7	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	495
18.7.1	Reajuste.....	495
18.7.2	Revisão.....	497
18.7.3	Atualização monetária	497
18.7.4	Repactuação	497
18.7.5	Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	500
18.8	Duração dos contratos	502
18.8.1	Contratos por prazo certo e contratos por escopo.....	502
18.8.2	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário	502
18.8.3	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento	502
18.8.3.1	Projetos previstos no Plano Plurianual.....	503
18.8.3.2	Serviços contínuos	503
18.8.3.3	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática	504

18.8.3.4	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei 8.666/1993.....	505
18.8.3.5	Outras exceções ao prazo anual dos contratos.....	505
18.8.4	Duração dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	506
18.9	Prorrogação dos contratos.....	510
18.10	Inexecução contratual.....	512
18.10.1	Inexecução culposa.....	512
18.10.1.1	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	512
18.10.2	Inexecução sem culpa.....	513
18.10.2.1	Teoria da imprevisão.....	514
18.10.2.2	Fato do príncipe.....	514
18.10.2.3	Caso fortuito e força maior.....	515
18.11	Extinção dos contratos.....	516
18.11.1	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual.....	516
18.11.2	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	517
18.11.3	Extinção dos contratos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	520
18.11.3.1	Motivos para extinção dos contratos administrativos.....	520
18.11.3.2	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral.....	521
18.11.3.3	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem.....	522
18.12	Sanções administrativas.....	523
18.12.1	Infrações e sanções administrativas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	526
18.13	Controle das licitações e dos contratos.....	531
18.13.1	Controle das contratações públicas na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	532
18.14	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	536
18.14.1	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato.....	536
18.14.2	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	537
18.14.3	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	537
18.14.4	Responsabilidade civil na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).....	539
18.15	Contratos das empresas estatais.....	541
18.16	Convênios administrativos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres.....	543
18.17	Resumo do capítulo.....	546
CAPÍTULO 19 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA.....		551
19.1	Estado e ordem econômica: Estado liberal, Estado social e Estado regulador.....	551
19.2	Fundamentos e princípios da ordem econômica.....	552
19.3	Espécies de intervenção do Estado na ordem econômica.....	553
19.4	Planejamento.....	554
19.4.1	Conceito.....	554

19.4.2	Fundamentos.....	554
19.4.3	Instrumentos de planejamento.....	555
19.5	Regulação (Estado regulador).....	556
19.5.1	Regulação: conceito.....	556
19.5.2	Regulação x regulamentação.....	557
19.5.3	Formas de regulação: regulação estatal, regulação pública não estatal e autorregulação.....	557
19.5.4	Evolução da regulação e o papel do Estado Regulador.....	558
19.5.5	Análise de Impacto Regulatório (AIR).....	560
19.5.6	Regulação e promoção da concorrência.....	565
19.5.6.1	Liberdade de entrada.....	565
19.5.6.2	Liberdade relativa de preços.....	565
19.5.6.3	Fragmentação do serviço público (<i>unbundling</i>).....	566
19.5.6.4	Compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (<i>essential facilities doctrine</i>).....	567
19.5.7	Controle de preços.....	568
19.5.8	Regulação por incentivos ou por “empurrões” (<i>nudge</i>).....	569
19.5.9	Acordos decisórios ou substitutivos na regulação.....	571
19.6	Fomento.....	572
19.6.1	Conceito.....	572
19.6.2	Características.....	572
19.6.3	Limites.....	573
19.6.4	Classificações de fomento.....	574
19.6.4.1	Quanto ao conteúdo: fomento positivo e negativo.....	574
19.6.4.2	Quanto ao destinatário: fomento econômico e social.....	574
19.6.4.3	Quanto aos meios: fomento honorífico, econômico e jurídico.....	575
19.6.5	Instrumentos de fomento.....	575
19.6.5.1	Benefícios ou incentivos fiscais.....	575
19.6.5.2	Benefícios ou incentivos creditícios.....	575
19.6.5.3	Outros instrumentos (rol exemplificativo).....	576
19.7	Repressão ao abuso do poder econômico e proteção da concorrência (direito antitruste ou da concorrência).....	576
19.7.1	Fundamentos do direito antitruste ou direito da concorrência.....	576
19.7.2	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	577
19.7.3	Condutas anticoncorrenciais.....	578
19.7.4	Infrações à ordem econômica: responsabilidades, sanções e prescrição.....	579
19.7.5	Controle da concorrência nos setores regulados: CADE x agências reguladoras.....	580
19.8	Exploração direta da atividade econômica (estado empresário).....	582
19.8.1	Estado empresário: requisitos.....	582
19.8.2	Intervenção concorrencial do Estado empresário.....	582
19.8.3	Intervenção monopolista do Estado empresário.....	582

19.8.3.1	Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio (e oligopsônio), monopólio (monopsônio) e monopólio bilateral	582
19.8.3.2	Espécies de monopólio: de fato e de direito	583
19.8.3.3	Monopólios públicos ou estatais	584
19.9	Resumo do capítulo	585
CAPÍTULO 20 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....		591
20.1	Fundamentos da intervenção estatal na propriedade	591
20.2	Modalidades: intervenções restritivas e supressivas.....	592
20.3	Servidão administrativa	592
20.3.1	Conceito	592
20.3.2	Fontes normativas	593
20.3.3	Objeto	593
20.3.4	Instituição	593
20.3.5	Extinção	594
20.3.6	Indenização	595
20.4	Requisição.....	595
20.4.1	Conceito	595
20.4.2	Fontes normativas	595
20.4.3	Objeto	596
20.4.4	Instituição e extinção	596
20.4.5	Indenização	596
20.5	Ocupação temporária.....	597
20.5.1	Conceito	597
20.5.2	Fontes normativas	597
20.5.3	Objeto	597
20.5.4	Instituição e extinção	598
20.5.5	Indenização	598
20.6	Limitações administrativas.....	598
20.6.1	Conceito	598
20.6.2	Fontes normativas	599
20.6.3	Objeto	599
20.6.4	Instituição e extinção	599
20.6.5	Indenização	599
20.7	Tombamento.....	600
20.7.1	Conceito.....	600
20.7.2	Fontes normativas.....	601
20.7.3	Objeto	602
20.7.4	Tombamento x registro	603
20.7.5	Classificações	604
20.7.6	Instituição e cancelamento	605
20.7.7	Efeitos	606
20.7.8	Indenização	607
20.8	Resumo do capítulo	607

CAPÍTULO 21 – DESAPROPRIAÇÃO	611
21.1 Conceito	611
21.2 Modalidades e fontes normativas	612
21.2.1 Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública ou interesse social	613
21.2.2 Desapropriação urbanística	613
21.2.3 Desapropriação rural	614
21.2.4 Expropriação confiscatória	616
21.3 Objeto	617
21.3.1 Bens públicos	618
21.3.2 Bens da Administração Indireta	619
21.4 Procedimento	620
21.4.1 Fase declaratória	621
21.4.1.1 Competência declaratória	621
21.4.1.2 Efeitos da declaração	621
21.4.2 Fase executória	622
21.4.2.1 Competência executória	622
21.5 Ação de desapropriação: aspectos relevantes	623
21.5.1 Imissão provisória na posse	623
21.5.2 Defesa do réu e extensão do controle judicial	625
21.5.3 Direito de extensão	626
21.5.4 Indenização	627
21.5.4.1 Juros moratórios	628
21.5.4.2 Juros compensatórios	629
21.5.4.3 Honorários advocatícios	631
21.5.5 Desistência da ação de desapropriação: requisitos	631
21.5.6 Intervenção do Ministério Público	632
21.6 Transferência da propriedade	633
21.7 Desapropriação por zona	633
21.8 Retrocessão	634
21.8.1 Conceito e natureza jurídica.....	634
21.8.2 Tredestinação lícita x tredestinação ilícita	635
21.8.3 Tredestinação e omissão	635
21.8.4 Tredestinação, desdestinação e adestinação	636
21.8.5 Prescrição	637
21.9 Desapropriação indireta	637
21.9.1 Conceito e natureza jurídica.....	637
21.9.2 “Ação de desapropriação indireta”: legitimidade, foro processual e prescrição	638
21.10 Resumo do capítulo	639
CAPÍTULO 22 – BENS PÚBLICOS	643
22.1 Conceito	643
22.2 Domínio eminente e domínio patrimonial	644
22.3 Classificações.....	645

22.3.1	Crítério da titularidade: bens públicos federais, estaduais, distritais, municipais e interfederativos	645
22.3.2	Crítério da afetação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais	646
22.4	Afetação e desafetação	646
22.5	Regime jurídico dos bens públicos	647
22.5.1	Alienação condicionada ou inalienabilidade relativa	647
22.5.2	Impenhorabilidade	649
22.5.3	Imprescritibilidade	649
22.5.4	Não onerabilidade	650
22.6	Formas de uso do bem público: comum, especial e privativo	650
22.7	Uso privativo do bem público	651
22.7.1	Autorização	652
22.7.1.1	Autorização condicionada ou qualificada	652
22.7.1.2	Autorização de uso urbanística	652
22.7.2	Permissão.....	653
22.7.2.1	Permissão condicionada ou qualificada	654
22.7.3	Concessão	654
22.7.3.1	Concessão de direito real de uso	655
22.7.3.2	Concessão de uso especial para fins de moradia	655
22.7.3.3	Concessão florestal	657
22.7.4	Cessão de uso	657
22.7.5	Uso privativo de bem público por instrumentos de direito privado.....	658
22.7.5.1	Locação	658
22.7.5.2	Comodato	659
22.7.5.3	Enfiteuse ou aforamento	659
22.8	Alienação e aquisição de bens públicos	660
22.8.1	Alienação: exigências e espécies	660
22.8.2	Aquisição por instrumentos de direito público e de direito privado	661
22.8.3	Aquisição originária e derivada	662
22.8.4	Aquisição por ato <i>inter vivos</i> e por <i>causa mortis</i>	662
22.9	Principais espécies de bens públicos	662
22.9.1	Terras devolutas	662
22.9.2	Terrenos de marinha e seus acrescidos	663
22.9.3	Terrenos marginais ou reservados	663
22.9.4	Terras indígenas.....	664
22.9.5	Plataforma continental.....	664
22.9.6	Ilhas.....	665
22.9.7	Faixa de fronteiras	665
22.9.8	Minas e jazidas.....	665
22.9.9	Domínio hídrico.....	666
22.9.10	Espaço aéreo.....	667
22.10	Resumo do capítulo	667
CAPÍTULO 23 – AGENTES PÚBLICOS		671
23.1	Conceito	671

23.2	Espécies	671
23.2.1	Agentes públicos de direito.....	672
23.2.1.1	Agentes políticos	672
23.2.1.2	Servidores públicos.....	673
23.2.1.3	Particulares em colaboração	673
23.2.2	Agentes públicos de fato	673
23.3	Servidores públicos.....	674
23.3.1	Classificação	674
23.3.2	Regimes jurídicos funcionais	674
23.3.2.1	Regime estatutário	674
23.3.2.2	Regime trabalhista (celetista) e regime do emprego público...	675
23.3.2.3	Regime especial	677
23.3.3	Regime Jurídico Único (RJU).....	679
23.4	Cargos públicos	681
23.4.1	Cargo, emprego e função pública.....	681
23.4.2	Classe, carreira, quadro e lotação	682
23.4.3	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	682
23.4.4	Acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas.....	684
23.4.5	Classificação dos cargos	684
23.4.6	Cargo em comissão x função de confiança	685
23.4.7	Provimento	686
23.4.7.1	Provimento originário.....	686
23.4.7.2	Provimento derivado	686
23.4.7.2.1	Promoção	687
23.4.7.2.2	Readaptação.....	687
23.4.7.2.3	Reversão	687
23.4.7.2.4	Aproveitamento	688
23.4.7.2.5	Reintegração	688
23.4.7.2.6	Recondução	689
23.4.8	Investidura, posse e exercício	689
23.4.9	Vacância	690
23.4.10	Acumulação de cargos, empregos e funções	690
23.5	Estabilidade	693
23.5.1	Alcance da estabilidade: servidores estatutários	693
23.5.2	Estágio probatório: prazo de três anos	694
23.5.3	Efetivo exercício.....	695
23.5.4	Avaliação especial de desempenho	695
23.5.5	Estabilidade no serviço, e não no cargo	696
23.5.6	Estabilidade extraordinária ou estabilização constitucional.....	696
23.5.7	Estabilidade x efetividade	696
23.5.8	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor estável.....	697
23.6	Vitaliciedade	698
23.6.1	Alcance da vitaliciedade: servidores vitalícios	698
23.6.2	Vitaliciedade automática e diferida	699
23.6.3	Hipóteses de demissão e exoneração do servidor vitalício	699

23.7	Concurso público.....	700
23.7.1	Conceito e alcance da regra do concurso.....	700
23.7.2	Inexigibilidade	701
23.7.3	Prazo de validade e prorrogação.....	702
23.7.4	Requisitos de participação e de aprovação.....	703
23.7.5	Discriminações legítimas e ilegítimas: idade, sexo, altura etc. As cotas raciais em concursos públicos	704
23.7.6	Acesso do idoso aos cargos e empregos públicos.....	707
23.7.7	Reserva de vagas para portadores de deficiência	707
23.7.8	Exame psicotécnico	709
23.7.9	Estágio experimental.....	709
23.7.10	Aprovação no concurso e o direito à nomeação	709
23.7.11	Direito à vista e à revisão das provas	712
23.7.12	Concursos públicos e nomeações em períodos eleitorais: limites e possibilidades	714
23.8	Sistema remuneratório	715
23.8.1	Revisão da remuneração e vinculação.....	717
23.9	Teto remuneratório.....	719
23.10	Associação sindical	722
23.11	Greve.....	723
23.12	Regime previdenciário dos servidores públicos	724
23.12.1	Espécies de Regimes de Previdência.....	724
23.12.2	Aposentadoria.....	725
23.12.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	725
23.12.2.2	Modalidades de aposentadoria.....	726
23.12.2.3	Proventos: fim da integralidade e da paridade	728
23.12.2.4	Acumulação de proventos.....	729
23.12.3	Abono de permanência	729
23.12.4	Pensões	730
23.12.5	Contribuições previdenciárias	730
23.12.6	Fundo previdenciário	731
23.12.7	Previdência complementar	731
23.13	Resumo do capítulo	732
CAPÍTULO 24 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO		737
24.1	Conceito	737
24.2	Responsabilidade civil e sacrifício de direitos	737
24.3	Evolução da responsabilidade civil do Estado	738
24.3.1	Fase da irresponsabilidade civil do Estado	738
24.3.2	Fase da responsabilidade subjetiva	738
24.3.2.1	Teoria da culpa individual (atos de império x atos de gestão)	738
24.3.2.2	Teoria da culpa anônima (culpa do serviço).....	738
24.3.3	Fase da responsabilidade civil objetiva	739
24.3.4	A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro.	739
24.4	Responsabilidade civil extracontratual e contratual	740

24.5	Responsabilidade civil objetiva: ato lícito e ilícito	740
24.6	Fundamentos da responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e repartição dos encargos sociais	741
24.7	Pressupostos da responsabilidade civil do Estado.....	742
24.7.1	Conduta (fato administrativo)	742
24.7.2	Dano	742
24.7.3	Nexo de causalidade	743
24.8	Causas excludentes do nexo de causalidade.....	744
24.8.1	Fato exclusivo da vítima.....	744
24.8.2	Fato de terceiro	744
24.8.3	Caso fortuito e força maior.....	744
24.8.4	Causas excludentes e atenuantes	745
24.9	Pessoas responsáveis à luz do art. 37, § 6.º, da CRFB.....	745
24.9.1	Pessoas jurídicas de direito público	745
24.9.2	Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos ...	745
24.9.2.1	Responsabilidade das estatais: serviços públicos e atividade econômica.....	746
24.9.2.2	Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	746
24.9.2.3	Responsabilidade do Terceiro Setor	747
24.9.3	Responsabilidade primária e subsidiária.....	747
24.10	Responsabilidade civil do estado por omissão.....	748
24.11	Agentes públicos e a responsabilidade civil do Estado	750
24.11.1	Dualidade de regimes de responsabilidade civil no art. 37, § 6.º, da CRFB: responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público	750
24.11.2	O vocábulo “agentes” e seu alcance.....	750
24.11.3	Litisconsórcio facultativo x Teoria da dupla garantia	751
24.11.4	Reparação do dano e ação regressiva em face do agente público	752
24.11.5	Denúnciação da lide	753
24.12	Prescrição.....	754
24.13	Responsabilidade civil por atos legislativos.....	757
24.13.1	Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais	758
24.13.2	Leis inconstitucionais.....	758
24.13.3	Omissão legislativa	759
24.14	Responsabilidade civil por atos judiciais	760
24.14.1	Erro judiciário	761
24.14.2	Prisão além do tempo fixado na sentença	762
24.14.3	Demora na prestação jurisdicional	763
24.14.4	Prisão cautelar e posterior absolvição	763
24.14.5	Responsabilidade pessoal do juiz.....	764
24.15	Responsabilidade do estado, dos notários e registradores	765
24.16	Responsabilidade civil por danos causados por obras públicas	767
24.17	Responsabilidade civil por atos de multidões (atos multitudinários)	768
24.18	Responsabilidade civil por danos ambientais	768
24.19	Resumo do capítulo	769

CAPÍTULO 25 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	773
25.1 Controle	773
25.1.1 Espécies de controle	773
25.1.1.1 Autocontrole (controle interno), controle externo e controle social.....	773
25.1.1.2 Controle preventivo e repressivo.....	773
25.1.1.3 Controle de legalidade e controle do mérito.....	774
25.2 Controle administrativo.....	774
25.2.1 Conceito.....	774
25.2.2 Tutela e autotutela administrativa.....	774
25.2.3 Meios de controle administrativo	775
25.3 Controle legislativo.....	775
25.3.1 Conceito.....	775
25.3.2 Casos de controle.....	775
25.3.2.1 Sustação de atos normativos	776
25.3.2.2 Convocação de autoridades e requisição de informações.....	776
25.3.2.3 Autorização e aprovação de ato administrativo	776
25.3.2.4 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)	776
25.3.2.5 Julgamento do chefe do Executivo: <i>impeachment</i>	776
25.3.2.6 Controle financeiro.....	777
25.4 Controle do Tribunal de Contas	777
25.4.1 Conceito e visão geral	777
25.4.2 Critérios do controle: legalidade, legitimidade e economicidade	778
25.4.3 Atribuições dos Tribunais de Contas.....	778
25.4.3.1 Consultiva	779
25.4.3.2 Fiscalizadora	779
25.4.3.3 Julgadora	779
25.4.3.4 Registro	779
25.4.3.5 Sancionadora	779
25.4.3.6 Corretiva	779
25.4.3.7 Ouvidoria.....	780
25.5 Controle jurisdicional.....	780
25.5.1 Sistemas de controle jurisdicional	780
25.5.2 Limites e possibilidades do controle jurisdicional	780
25.5.3 Tendências do controle jurisdicional dos atos administrativos a partir de uma visão pragmática e institucional	781
25.5.4 Fazenda Pública em juízo	783
25.5.5 Instrumentos de controle judicial da Administração Pública	787
25.5.6 <i>Habeas corpus</i>	787
25.5.6.1 Conceito e fontes normativas	787
25.5.6.2 Espécies de <i>habeas corpus</i>	787
25.5.6.3 Legitimidade.....	788
25.5.6.3.1 Legitimidade ativa.....	788
25.5.6.3.2 Legitimidade passiva	788
25.5.6.4 Objeto	788

25.5.6.5	Prazo.....	789
25.5.6.6	Competência.....	789
25.5.6.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	790
25.5.7	Mandado de segurança individual	790
25.5.7.1	Conceito e fontes normativas	790
25.5.7.2	Espécies de mandado de segurança	790
25.5.7.3	Legitimidade.....	791
25.5.7.3.1	Legitimidade ativa.....	791
25.5.7.3.2	Legitimidade passiva	791
25.5.7.4	Autoridade coatora	792
25.5.7.5	Objeto.....	794
25.5.7.6	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança	795
25.5.7.7	Prazo.....	796
25.5.7.8	Competência.....	797
25.5.7.9	Decisão e coisa julgada.....	798
25.5.8	Mandado de segurança coletivo.....	799
25.5.8.1	Conceito e fontes normativas	799
25.5.8.2	Legitimidade	800
25.5.8.3	Objeto	801
25.5.8.4	Decisão e coisa julgada	802
25.5.9	Mandado de injunção.....	803
25.5.9.1	Conceito e fontes normativas	803
25.5.9.2	Espécies de mandado de injunção	803
25.5.9.3	Legitimidade.....	803
25.5.9.3.1	Legitimidade ativa.....	803
25.5.9.3.2	Legitimidade passiva	804
25.5.9.4	Objeto.....	804
25.5.9.5	Prazo.....	805
25.5.9.6	Competência.....	805
25.5.9.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	806
25.5.9.8	Mandado de injunção x ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	809
25.5.10	<i>Habeas data</i>	810
25.5.10.1	Conceito e fontes normativas	810
25.5.10.2	Legitimidade.....	810
25.5.10.2.1	Legitimidade ativa.....	810
25.5.10.2.2	Legitimidade passiva	810
25.5.10.3	Objeto	811
25.5.10.4	Prazo.....	811
25.5.10.5	Competência.....	812
25.5.10.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	812
25.5.11	Ação popular.....	813
25.5.11.1	Conceito e fontes normativas	813
25.5.11.2	Legitimidade.....	813
25.5.11.2.1	Legitimidade ativa.....	813
25.5.11.2.2	Legitimidade passiva	814

25.5.11.3	Objeto.....	815
25.5.11.4	Prazo.....	815
25.5.11.5	Competência.....	815
25.5.11.6	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	815
25.5.12	Ação civil pública.....	816
25.5.12.1	Conceito e fontes normativas	816
25.5.12.2	Legitimidade.....	816
25.5.12.2.1	Legitimidade ativa.....	816
25.5.12.2.2	Legitimidade passiva	818
25.5.12.3	Objeto.....	818
25.5.12.4	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	819
25.5.12.5	Inquérito civil	820
25.5.12.6	Prazo	820
25.5.12.7	Competência.....	820
25.5.12.8	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	820
25.5.13	Ação de improbidade administrativa	822
25.5.13.1	Conceito e fontes normativas	822
25.5.13.2	Legitimidade.....	823
25.5.13.2.1	Legitimidade ativa.....	823
25.5.13.2.2	Legitimidade passiva	825
25.5.13.3	Objeto	832
25.5.13.4	Atos de improbidade administrativa	832
25.5.13.4.1	Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992)..	833
25.5.13.4.2	Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992).....	835
25.5.13.4.3	Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (art. 10-A da Lei 8.429/1992).....	836
25.5.13.4.4	Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992).....	838
25.5.13.4.5	Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade)	839
25.5.13.5	Prazo	840
25.5.13.6	Competência.....	842
25.5.13.7	Procedimento, decisão e coisa julgada.....	842
25.5.14	Sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	845
25.6	Resumo do capítulo	851
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		855
OBRAS DO AUTOR.....		879
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		885